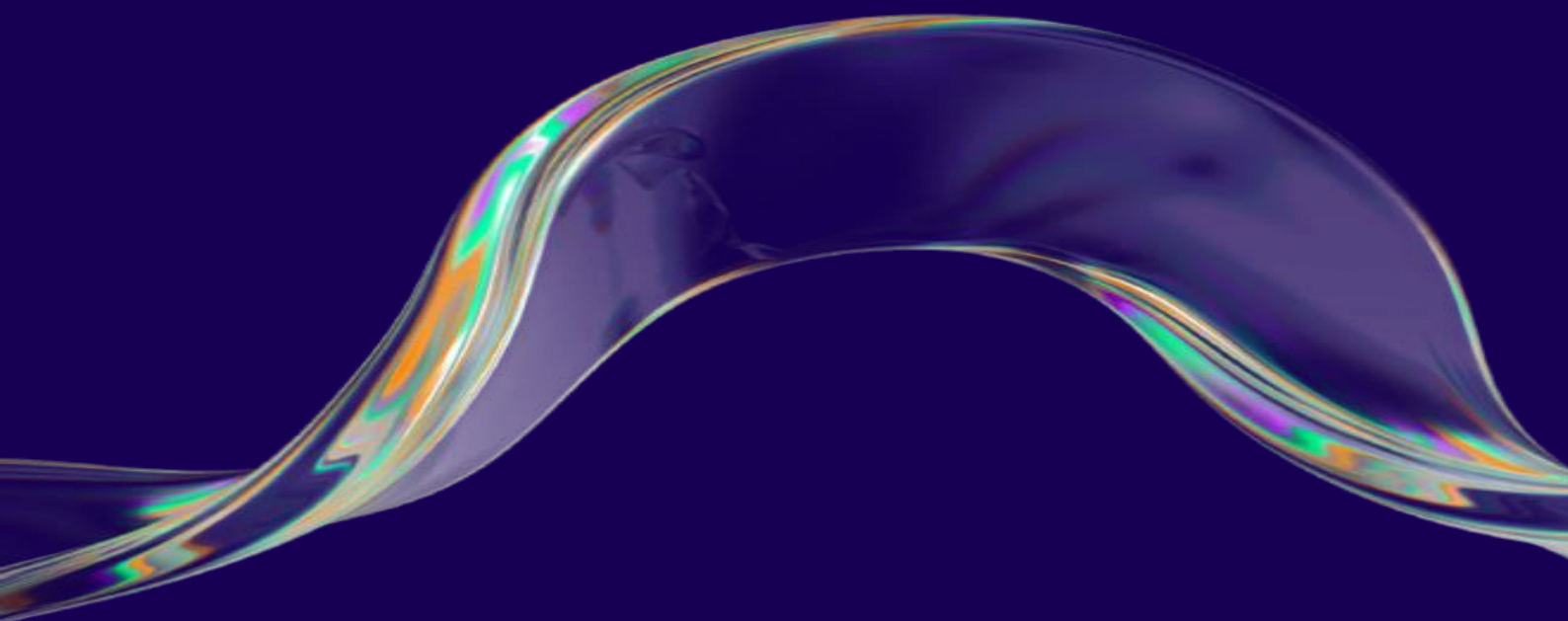


# **Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.**



**Demonstrações financeiras  
consolidadas e individuais em 31 de  
dezembro de 2025**



# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas  
Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

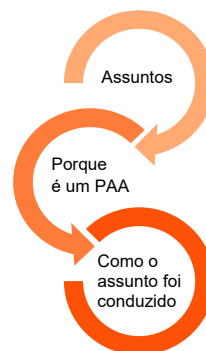
## Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para as Notas 5 e 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia e suas controladas realiza transações em

montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p><b>Reconhecimento da receita (Nota 5)</b></p> <p>Conforme descrito na Nota 5, a receita da Companhia e suas controladas decorre da geração e venda de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.</p> <p>O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2025, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de venda de energia.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida e a utilização de premissas e critérios subjetivos nas estimativas de receitas não faturadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento da receita;</p> <p>Confronto dos saldos contábeis com os arquivos fiscais de faturamento;</p> <p>Recálculo, em base amostral, dos contratos, considerando volume e preço contratados;</p> <p>Teste, em base amostral, do recebimento subsequente das vendas do exercício;</p> <p>Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.</p> <p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos</p>

### Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 31 de março de 2025, sem ressalvas.



Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.


Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers  
Audidores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior  
Contador CRC 1BA018245/O-1

## Índice

Demonstração do resultado .....	3	
Demonstração do resultado abrangente .....	4	
Demonstração dos fluxos de caixa .....	5	
Balanco patrimonial .....	6	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7	
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais		
1	Considerações gerais .....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis .....	9
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB .....	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos .....	11
5	Receita .....	12
6	Custos e despesas.....	13
7	Resultado financeiro líquido.....	13
8	Caixa e equivalentes de caixa .....	14
9	Aplicações financeiras .....	14
10	Fundo de liquidez – conta reserva .....	15
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	15
12	Contas a receber de clientes .....	15
13	Investimentos .....	16
14	Imobilizado .....	18
15	Financiamentos e debêntures .....	21
16	Fornecedores.....	23
17	Provisões para litígios.....	23
18	Obrigações com desmobilização de ativos.....	23
19	Partes relacionadas .....	24
20	Imposto de renda e contribuição social .....	25
21	Patrimônio líquido.....	26
22	Instrumentos financeiros e gestão de risco .....	26

**Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.**  
**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	142.746	92.578	124.917	61.696
Custo com energia elétrica	6	(40.535)	(47.783)	(92.471)	(43.066)
Custo com operação	6	(47.122)	(34.347)	(23.780)	(17.008)
<b>Lucro bruto</b>		<b>55.089</b>	<b>10.448</b>	<b>8.666</b>	<b>1.622</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	6	(398)	(609)	(121)	(409)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(159)	(17)	(28)	(11)
		<b>(557)</b>	<b>(626)</b>	<b>(149)</b>	<b>(420)</b>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>54.532</b>	<b>9.822</b>	<b>8.517</b>	<b>1.202</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	13(b)	-	-	44.525	6.376
		-	-	44.525	6.376
<b>Resultado financeiro líquido</b>	7				
Receitas financeiras		8.315	11.411	4.987	11.168
Despesas financeiras		(111.135)	(82.830)	(110.494)	(81.729)
		<b>(102.820)</b>	<b>(71.419)</b>	<b>(105.507)</b>	<b>(70.561)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(48.288)</b>	<b>(61.597)</b>	<b>(52.465)</b>	<b>(62.983)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes	20	(4.177)	(918)	-	(49)
Diferidos	20	-	(405)	-	112
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(52.465)</b>	<b>(62.920)</b>	<b>(52.465)</b>	<b>(62.920)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

---

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Prejuízo do exercício	(52.465)	(62.920)	(52.465)	(62.920)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(52.465)</b>	<b>(62.920)</b>	<b>(52.465)</b>	<b>(62.920)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(48.288)</b>	<b>(61.597)</b>	<b>(52.465)</b>	<b>(62.983)</b>
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Equivalência patrimonial	13(b)	-	-	(44.525)	(6.376)
Juros e variações monetárias		106.329	77.308	106.776	77.308
Depreciação e amortização	6	43.214	29.961	18.855	15.323
Baixa de ativo imobilizado e intangível		97	-	23	-
Apropriação de custos de captações	7	1.625	-	1.625	-
Rendimentos sobre fundo de reserva		(4.738)	(184)	(3.135)	(81)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	707	351	214	60
		98.946	45.839	27.368	23.251
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>					
Contas a receber de clientes		(18.858)	(23.970)	(14.112)	(16.661)
Tributos a recuperar		(1.735)	(3.085)	(1.440)	(3.057)
Demais créditos e outros ativos		646	(13.838)	128	495
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>					
Fornecedores		(5.707)	72.298	4.081	37.861
Tributos a recolher		275	1.316	804	947
Demais obrigações e outros passivos		103	8.815	60	2.333
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações</b>		<b>73.670</b>	<b>87.375</b>	<b>16.889</b>	<b>45.169</b>
Juros pagos sobre financiamentos	15(c)	(66.842)	-	(66.842)	-
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(3.560)	(867)	-	(540)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>3.268</b>	<b>86.508</b>	<b>(49.953)</b>	<b>44.629</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(9.893)	-	(3.376)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		1.182	(35.029)	(8.067)	(15.436)
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos judiciais		(52)	67	(53)	30
Aumento de capital em controladas	1.1.1(b)	-	-	(31.473)	(76.212)
Redução de capital em controladas	1.1.1(b)	-	-	59.371	-
Recebimento de dividendos		-	-	1.139	-
Aquisição de investimento		-	-	-	50
Aquisição de imobilizado e intangível		(21.017)	(161.564)	(8.723)	(65.533)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>(29.780)</b>	<b>(196.526)</b>	<b>8.818</b>	<b>(157.103)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Captação de recursos	15(c)	-	900.000	-	900.000
Adição de custos com captação	15(c)	-	(26.546)	-	(26.546)
Liquidação de financiamentos	15(c)	(37.029)	-	(37.029)	-
Aumento de capital	1.1.1(a)	83.200	-	83.200	-
Redução de capital		-	(717.179)	-	(717.179)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>46.171</b>	<b>156.275</b>	<b>46.171</b>	<b>156.275</b>
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		19.659	46.257	5.036	43.801
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>46.558</b>	<b>301</b>	<b>43.963</b>	<b>162</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>66.217</b>	<b>46.558</b>	<b>48.999</b>	<b>43.963</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.

Balanco patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	66.217	46.558	48.999	43.963
Aplicações financeiras	9	11.519	-	4.555	-
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	25.684	-	13.672	-
Contas a receber de clientes	12	42.828	23.970	31.416	17.304
Tributos a recuperar		4.825	504	4.497	471
Dividendos a receber		-	-	955	254
Outros ativos		4.949	5.595	2.449	2.577
		<u>156.022</u>	<u>76.627</u>	<u>106.543</u>	<u>64.569</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	12.974	35.102	12.974	15.444
Cauções e depósitos judiciais		101	49	101	48
Tributos a recuperar		-	2.586	-	2.586
		<u>13.075</u>	<u>37.737</u>	<u>13.075</u>	<u>18.078</u>
Investimentos	13	-	-	621.528	606.741
Imobilizado	14	1.021.407	1.047.906	423.590	435.792
Intangível		799	911	310	324
		<u>1.022.206</u>	<u>1.048.817</u>	<u>1.045.428</u>	<u>1.042.857</u>
Total do ativo		<u>1.191.303</u>	<u>1.163.181</u>	<u>1.165.046</u>	<u>1.125.504</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Circulante					
Financiamentos e debêntures	15	53.362	53.985	53.362	53.985
Fornecedores		62.274	72.298	44.765	42.745
Tributos a recolher		2.965	1.367	1.317	513
Dividendos a pagar	19	182	182	182	182
Outros passivos		110	-	56	-
		<u>118.893</u>	<u>127.832</u>	<u>99.682</u>	<u>97.425</u>
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	15(a)	903.109	896.777	903.109	896.777
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	706	-	-
Obrigações com desmobilização de ativos	18	9.839	9.132	2.806	2.592
Provisões para litígios		17	-	4	-
Outros passivos		-	24	-	-
		<u>912.965</u>	<u>906.639</u>	<u>905.919</u>	<u>899.369</u>
Total do passivo		<u>1.031.858</u>	<u>1.034.471</u>	<u>1.005.601</u>	<u>996.794</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	21	271.419	188.219	271.419	188.219
Prejuízos acumulados		(111.974)	(59.509)	(111.974)	(59.509)
Total do patrimônio líquido		<u>159.445</u>	<u>128.710</u>	<u>159.445</u>	<u>128.710</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.191.303</u>	<u>1.163.181</u>	<u>1.165.046</u>	<u>1.125.504</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	Capital social	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
			Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva de investimentos	Reserva Legal		
<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>347.491</b>	<b>30.758</b>	<b>3.345</b>	<b>180</b>	<b>-</b>	<b>381.774</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(62.920)	(62.920)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(62.920)</b>	<b>(62.920)</b>
<b>Demais mutações patrimoniais do exercício</b>							
Aumento de capital		82.821	-	-	-	-	82.821
Adiantamento para futuro aumento de capital		30.758	(30.758)	-	-	-	-
Redução de capital		(800.000)	-	-	-	-	(800.000)
Aumento de capital - Contribuição Cajuína AB2 Holdings S.A		419.272	-	-	-	-	419.272
Aumento de capital - Incorporação reversa Cajuína AB2 Holdings S.A		107.877	-	-	-	-	107.877
<b>Destinação do resultado do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dividendos mínimos obrigatórios - Incorporação reversa Cajuína AB2 Holdings S.A.		-	-	-	-	(114)	(114)
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	(3.345)	(180)	3.525	-
<b>Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>		<b>(159.272)</b>	<b>(30.758)</b>	<b>(3.345)</b>	<b>(180)</b>	<b>3.411</b>	<b>(190.144)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>188.219</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(59.509)</b>	<b>128.710</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(52.465)	(52.465)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(52.465)</b>	<b>(52.465)</b>
<b>Demais mutações patrimoniais do exercício</b>							
Aumento de capital	1.1.1(a)	83.200	-	-	-	-	83.200
<b>Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>		<b>83.200</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>83.200</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>271.419</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(111.974)</b>	<b>159.445</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

## 1 Considerações gerais

A Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de Lajes, Estado de Rio Grande do Norte, foi constituída em 16 de abril de 2020. A Companhia tem por objeto social a produção, geração e comercialização de energia elétrica, prestação de serviços de consultoria, participação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), além da participação direta ou indireta em sociedades voltadas à geração e comercialização de energia.

A Companhia é controlada diretamente pela Tucano Holding I S.A. ("Tucano Holding I") e indiretamente pela Auren Energia S.A.

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas no estado de Rio Grande do Norte, as quais compõem o complexo eólico Cajuína, com capacidade instalada total de 153,9 MW, sendo 68,4 MW da Companhia e 85,5 MW de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A Companhia e suas controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eólica (EOL)	Portaria MME	Capacidade instalada MW	Início da concessão	Término da concessão
Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Tereza 07	REA 9268/2020	68,4	06/10/2020	06/10/2055
Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Tereza 08	REA 9269/2020	17,1	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Tereza 12	REA 9273/2020	22,8	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Ricardo 10	REA 9483/2020	45,6	26/11/2020	26/11/2055

### 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

#### 1.1.1 Principais eventos societários

##### (a) Aumento de capital

Em 30 de junho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 32.500, passando o capital social de R\$ 188.219 (dividido em 182.205.001 ações ordinárias) para R\$ 220.719 (dividido em 214.705.001 ações ordinárias).

Em 30 de setembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 15.000, passando o capital social de R\$ 220.719 (dividido em 214.705.001 ações ordinárias) para R\$ 235.719 (dividido em 229.705.001 ações ordinárias).

Em 22 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$ 35.700, passando o capital social de R\$ 235.719 (dividido em 229.705.001 ações ordinárias) para R\$ 271.419 (dividido em 297.063.492 ações ordinárias).

#### 1.1.2 Principais eventos operacionais

##### (a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações das controladas da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia e suas controladas continuarão monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

#### **(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (“IFRIC *Interpretations*”) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (“SIC *Interpretations*”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

#### **(b) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 25 de março de 2026.

## 2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

## 2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

### (a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### (b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2025	2024		
Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Fernando Pedroza, RN	Geração eólica
Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Fernando Pedroza, RN	Geração eólica
Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Lajes, RN	Geração eólica

## 3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

### (a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2025

A Companhia analisou as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

### (b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A

Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

### Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 1º de janeiro de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

## 4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
14	Imobilizado
17	Provisões para litígios
18	Obrigações com desmobilização de ativos

## 5 Receita

### Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

### Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

**Contratos *wholesale*:** representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física das Controladas da Companhia.

**Energia de curto prazo – CCEE:** decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Receita bruta</b>					
<b>Venda de energia</b>					
Contratos <i>Wholesale</i>		12.403	15.934	12.403	15.934
Partes relacionadas	19	142.780	78.577	123.228	50.226
Energia de curto prazo – CCEE		4.632	4.072	2.103	908
		<u>159.815</u>	<u>98.583</u>	<u>137.734</u>	<u>67.068</u>
<b>Outras receitas</b>					
Outras receitas		-	1.075	-	833
		<u>159.815</u>	<u>99.658</u>	<u>137.734</u>	<u>67.901</u>
<b>Deduções sobre a receita bruta</b>					
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(15.663)	(7.019)	(12.155)	(6.151)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(1.406)	(61)	(662)	(54)
		<u>(17.069)</u>	<u>(7.080)</u>	<u>(12.817)</u>	<u>(6.205)</u>
<b>Receita líquida</b>		<u><b>142.746</b></u>	<u><b>92.578</b></u>	<u><b>124.917</b></u>	<u><b>61.696</b></u>

O aumento da receita decorre, principalmente, da entrada em operação faseada dos ativos de geração eólica ao longo do exercício de 2024, refletindo a expansão gradual da capacidade instalada disponível para comercialização de energia, sendo que em 2025 o complexo encontra-se 100% em operação.

## 6 Custos e despesas

					Consolidado	
					2025	2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(30.484)	-	-	-	(30.484)	(40.802)
Encargos de uso da rede elétrica	(10.051)	-	-	-	(10.051)	(6.981)
Depreciação e amortização	-	(43.087)	(127)	-	(43.214)	(29.961)
<b>Materiais</b>	-	(51)	-	-	(51)	(1)
Materiais	-	(51)	-	-	(51)	(1)
<b>Serviços</b>	-	951	(238)	-	713	(2.216)
Serviços de operação e manutenção	-	1.506	-	-	1.506	-
Serviços de terceiros	-	(522)	(238)	-	(760)	(2.216)
Serviços de manutenção e conservação	-	(33)	-	-	(33)	-
<b>Outros</b>	-	(4.935)	(33)	-	(4.968)	(2.778)
Aluguéis e arrendamentos	-	(3.130)	-	-	(3.130)	88
Seguros	-	(1.626)	-	-	(1.626)	(2.807)
Impostos, taxas e contribuições	-	(179)	-	-	(179)	(58)
Outros custos e despesas líquidas	-	-	(33)	-	(33)	(1)
<b>Demais (despesas) receitas</b>	-	-	-	(159)	(159)	(17)
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	(159)	(159)	(17)
	<b>(40.535)</b>	<b>(47.122)</b>	<b>(398)</b>	<b>(159)</b>	<b>(88.214)</b>	<b>(82.756)</b>

					Controladora	
					2025	2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(88.170)	-	-	-	(88.170)	(39.615)
Encargos de uso da rede elétrica	(4.301)	-	-	-	(4.301)	(3.505)
Depreciação e amortização	-	(18.817)	(38)	-	(18.855)	(15.323)
<b>Materiais</b>	-	(15)	-	-	(15)	-
Materiais	-	(15)	-	-	(15)	-
<b>Serviços</b>	-	(2.573)	(76)	-	(2.649)	(1.105)
Serviços de operação e manutenção	-	(2.361)	-	-	(2.361)	-
Serviços de terceiros	-	(212)	(76)	-	(288)	(1.105)
Outros	-	(2.375)	(7)	-	(2.382)	(989)
Aluguéis e arrendamentos	-	(1.687)	-	-	(1.687)	217
Seguros	-	(626)	-	-	(626)	(1.184)
Impostos, taxas e contribuições	-	(62)	-	-	(62)	(22)
Outros custos e despesas líquidas	-	-	(7)	-	(7)	-
<b>Demais (despesas) receitas</b>	-	-	-	(28)	(28)	(11)
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	(28)	(28)	(11)
	<b>(92.471)</b>	<b>(23.780)</b>	<b>(121)</b>	<b>(28)</b>	<b>(116.400)</b>	<b>(60.548)</b>

## 7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		8.183	11.841	4.861	11.623
Juros sobre ativos financeiros		217	-	216	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(323)	(545)	(323)	(545)
Outras receitas financeiras		238	115	233	90
		<b>8.315</b>	<b>11.411</b>	<b>4.987</b>	<b>11.168</b>
<b>Despesas financeiras</b>					
Juros sobre financiamentos	15(c)	(66.821)	(47.225)	(66.821)	(47.225)
Atualização monetária sobre financiamentos	15(c)	(41.134)	(28.914)	(41.134)	(28.914)
Apropriação dos custos de captações	15(c)	(1.625)	(1.169)	(1.625)	(1.169)
Ajuste a valor presente e atualização monetária sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	18	(707)	-	(214)	-
Outras despesas financeiras		(848)	(5.522)	(700)	(4.421)
		<b>(111.135)</b>	<b>(82.830)</b>	<b>(110.494)</b>	<b>(81.729)</b>
		<b>(102.820)</b>	<b>(71.419)</b>	<b>(105.507)</b>	<b>(70.561)</b>

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 97,55% do CDI (100% em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Caixa</b>				
Caixa e bancos	10.572	13.062	4.260	11.568
	10.572	13.062	4.260	11.568
<b>Equivalentes de caixa</b>				
Quotas de fundos de investimentos (i)	10.819	-	4	-
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	44.826	33.496	44.735	32.395
	55.645	33.496	44.739	32.395
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>66.217</b>	<b>46.558</b>	<b>48.999</b>	<b>43.963</b>

- (i) As quotas de fundo de investimento referem-se, majoritariamente, ao Fundo Odessa Auren, além de outros fundos. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

## 9 Aplicações financeiras

### Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 97,55% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Aplicações financeiras</b>				
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	9.162	-	4.554	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	2.357	-	1	-
	11.519	-	4.555	-

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

## 10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração de 95,00% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fundo de liquidez - Conta reserva</b>				
Circulante	25.684	-	13.672	-
Não circulante	12.974	35.102	12.974	15.444
	<b>38.658</b>	<b>35.102</b>	<b>26.646</b>	<b>15.444</b>

Os contratos de financiamento da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

## 11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	116.383	81.660	80.189	59.407
Sem rating	11	-	11	-
	<b>116.394</b>	<b>81.660</b>	<b>80.200</b>	<b>59.407</b>

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

## 12 Contas a receber de clientes

### Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Partes relacionadas (Nota 19)	35.397	9.770	275	13.384
Contratos <i>Wholesale</i>	6.916	13.384	30.902	3.763
Energia de curto prazo – CCEE	515	816	239	157
	<b>42.828</b>	<b>23.970</b>	<b>31.416</b>	<b>17.304</b>

(b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	42.788	23.970	31.416	17.304
Vencidos de 3 a 6 meses	40	-	-	-
	<b>42.828</b>	<b>23.970</b>	<b>31.416</b>	<b>17.304</b>

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

13 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.  
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2025	2024	Saldo	
							2025	2024
<b>Investimentos avaliados por equivalência patrimonial</b>								
Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.	113.115	7.062	100,00	100,00	7.062	(1.082)	113.115	110.726
Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A.	218.533	17.342	100,00	100,00	17.342	2.216	218.533	207.543
Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.	289.880	20.121	100,00	100,00	20.121	5.242	289.880	288.472
					<b>44.525</b>	<b>6.376</b>	<b>621.528</b>	<b>606.741</b>

**(b) Movimentação**

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	606.741	-
Equivalência patrimonial	44.525	6.376
Dividendos mínimos obrigatórios	(840)	(254)
Dividendos intermediários	(1.000)	-
Aumento de capital	31.473	181.347
Redução de capital (Nota 1.1.1 (b))	(59.371)	-
Incorporação	-	419.272
Saldo no final do exercício	<b>621.528</b>	<b>606.741</b>

**14 Imobilizado**

**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (vide Nota 18 – Obrigações com desmobilização de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

### ***Impairment do imobilizado***

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição e movimentação

							Consolidado	
	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	2025	2024	
Saldo no início do exercício								
Custo	788.986	278.681	8.243	-	67	1.075.977	909.756	
Depreciação acumulada	(21.380)	(6.456)	(236)	-	-	(28.072)	-	
Saldo líquido no início do exercício	<u>767.606</u>	<u>272.225</u>	<u>8.007</u>	<u>-</u>	<u>67</u>	<u>1.047.905</u>	<u>909.756</u>	
Adições	-	-	-	-	16.669	16.669	157.978	
Depreciação	(36.787)	(6.156)	(207)	(17)	-	(43.167)	(28.071)	
Remensurações (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	8.243	
Transferências	244.285	(250.519)	-	98	6.136	-	-	
Saldo no final do exercício	<u>975.104</u>	<u>15.550</u>	<u>7.800</u>	<u>81</u>	<u>22.872</u>	<u>1.021.407</u>	<u>1.047.906</u>	
Custo	1.033.271	28.162	8.243	98	22.872	1.092.646	1.075.977	
Depreciação acumulada	(58.167)	(12.612)	(443)	(17)	-	(71.239)	(28.071)	
Saldo líquido no final do exercício	<u>975.104</u>	<u>15.550</u>	<u>7.800</u>	<u>81</u>	<u>22.872</u>	<u>1.021.407</u>	<u>1.047.906</u>	
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,0	3,0	3,0	6,0				

							Controladora	
	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	2025	2024	
Saldo no início do exercício								
Custo	350.379	96.545	2.345	-	-	449.269	383.223	
Depreciação acumulada	(10.655)	(2.755)	(67)	-	-	(13.477)	-	
Saldo líquido no início do exercício	<u>339.724</u>	<u>93.790</u>	<u>2.278</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>435.792</u>	<u>383.223</u>	
Adições	-	-	-	-	6.649	6.649	63.701	
Depreciação	(15.977)	(2.803)	(63)	(8)	-	(18.851)	(13.477)	
Remensurações	-	-	-	-	-	-	2.345	
Transferências	81.319	(84.091)	-	44	2.728	-	-	
Saldo no final do exercício	<u>405.066</u>	<u>6.896</u>	<u>2.215</u>	<u>36</u>	<u>9.377</u>	<u>423.590</u>	<u>435.792</u>	
Custo	431.698	12.454	2.345	44	9.377	455.918	449.269	
Depreciação acumulada	(26.632)	(5.558)	(130)	(8)	-	(32.328)	(13.477)	
Saldo líquido no final do exercício	<u>405.066</u>	<u>6.896</u>	<u>2.215</u>	<u>36</u>	<u>9.377</u>	<u>423.590</u>	<u>435.792</u>	
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,0	3,0	3,0	6,0				

## 15 Financiamentos e debêntures

### Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

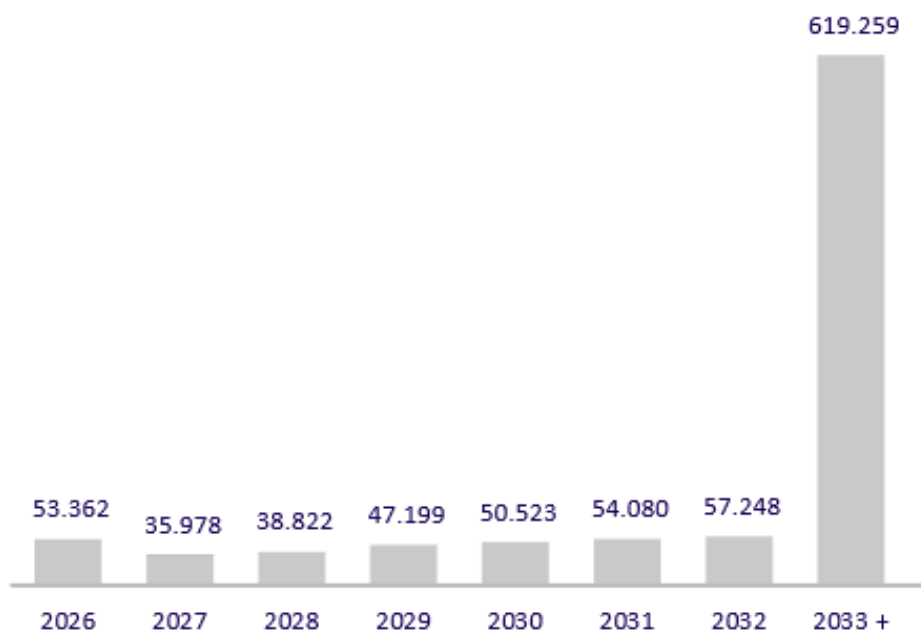
### (a) Composição

Consolidado e Controladora										
2025										
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Circulante			Não circulante			Total	Valor justo
			Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total		
Debêntures	IPCA + 7,08% e IPCA + 6,93%	35.486	(1.625)	19.501	53.362	925.236	(22.127)	903.109	956.471	931.998
		<b>35.486</b>	<b>(1.625)</b>	<b>19.501</b>	<b>53.362</b>	<b>925.236</b>	<b>(22.127)</b>	<b>903.109</b>	<b>956.471</b>	<b>931.998</b>

Consolidado e Controladora										
2024										
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Circulante			Não circulante			Total	Total
			Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total		
Debêntures	IPCA + 7,08% e IPCA + 6,93%	36.705	(1.625)	18.905	53.985	920.529	(23.752)	896.777	950.762	950.762
		<b>36.705</b>	<b>(1.625)</b>	<b>18.905</b>	<b>53.985</b>	<b>920.529</b>	<b>(23.752)</b>	<b>896.777</b>	<b>950.762</b>	<b>950.762</b>

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

**(b) Perfil de vencimento - consolidado**



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

**(c) Movimentação**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	950.762	-	950.762	-
Captações	-	900.000	-	900.000
Provisões de juros (Nota 7)	66.821	47.225	66.821	47.225
Atualização monetária	41.134	28.914	41.134	28.914
Adição dos custos de captações	-	(26.546)	-	(26.546)
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	1.625	1.169	1.625	1.169
Juros pagos (Nota 7)	(66.842)	-	(66.842)	-
Liquidações	(37.029)	-	(37.029)	-
Saldo no final do exercício	<b>956.471</b>	<b>950.762</b>	<b>956.471</b>	<b>950.762</b>

**(d) Garantias**

Modalidade	Garantias
Debêntures	Alienação fiduciária de Ações; Alienação fiduciária de Equipamentos; Cessão de direitos;

**(e) Condições restritivas**

Os contratos de financiamentos e debêntures da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras incluem o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram cumpridas.

## 16 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços	61.836	66.291	30.220	36.738
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas (Nota 19)	438	6.007	14.545	6.007
	<b>62.274</b>	<b>72.298</b>	<b>44.765</b>	<b>42.745</b>

## 17 Provisões para litígios

### Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### (a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível com prognóstico de perda provável, no montante atualizado de R\$ 4 (Saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

#### (b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 287 (Saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

## 18 Obrigações com desmobilização de ativos

### Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
				2025	2024
Saldo no início do exercício	16.696	13.013	(20.577)	9.132	889
Atualização monetária	126	520	-	646	-
Remensuração (Nota 14)	-	-	-	-	8.243
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	-	61	61	-
Saldo no final do exercício	<b>16.822</b>	<b>13.533</b>	<b>(20.516)</b>	<b>9.839</b>	<b>9.132</b>
Não circulante	16.822	13.533	(20.516)	9.839	9.132
	<b>16.822</b>	<b>13.533</b>	<b>(20.516)</b>	<b>9.839</b>	<b>9.132</b>

19 Partes relacionadas

Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
<b>Contas a receber de clientes (Nota 12 (a))</b>							
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	9.022	-	-	-	9.022	-	-
Auren Operações S.A.	26.335	3.763	-	-	133.758	53.186	-
Auren Participações S.A.	40	-	-	-	-	-	-
Tucano Holding I S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.	-	6.007	-	-	-	25.391	-
	<b>35.397</b>	<b>9.770</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>142.780</b>	<b>78.577</b>	<b>-</b>
<b>Fornecedores - compras</b>							
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	398	-	-	-	397
Auren Participações S.A.	-	-	40	-	-	-	-
Auren Operações S.A.	-	-	-	6.007	-	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>438</b>	<b>6.007</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>397</b>
<b>Dividendos a pagar</b>							
Tucano Holding I S.A.	-	-	182	182	-	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>182</b>	<b>182</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>35.397</b>	<b>9.770</b>	<b>620</b>	<b>6.189</b>	<b>142.780</b>	<b>78.577</b>	<b>397</b>

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
<b>Contas a receber de clientes (Nota 12 (a))</b>							
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	4.567	-	-	-	4.567	-	-
Auren Operações S.A.	26.335	3.763	-	-	118.661	50.226	-
	<b>30.902</b>	<b>3.763</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>123.228</b>	<b>50.226</b>	<b>-</b>
<b>Fornecedores - compras</b>							
Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.	-	-	2.629	-	-	-	13.450
Auren Operações S.A.	-	-	-	6.007	-	-	-
Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A.	-	-	4.304	-	-	-	20.708
Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.	-	-	7.612	-	-	-	36.366
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.545</b>	<b>6.007</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>70.524</b>
<b>Dividendos a receber</b>							
Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.	182	51	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A.	390	104	-	-	-	-	-
Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.	383	99	-	-	-	-	-
	<b>955</b>	<b>254</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Dividendos a pagar</b>							
Tucano Holding I S.A.	-	-	182	182	-	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>182</b>	<b>182</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>31.857</b>	<b>4.017</b>	<b>14.727</b>	<b>6.189</b>	<b>123.228</b>	<b>50.226</b>	<b>70.524</b>

## 20 Imposto de renda e contribuição social

### Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

### (a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

	Controladora	
	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(52.465)	(62.983)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	17.838	21.414
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	15.139	2.168
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(33.054)	(22.983)
Adições/Exclusões sem constituição de diferidos	77	(597)
Ajuste de anos anteriores	-	61
IRPJ e CSLL apurados	-	63
Correntes	-	(49)
Diferidos	-	112
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>-</b>	<b>63</b>

	2025			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	95.647	95.647	3.327	3.327
% de Presunção da Base	8%	12%		
<b>Base de cálculo Presumida</b>	<b>7.652</b>	<b>11.477</b>	<b>3.327</b>	<b>3.327</b>
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
Outros	112	59		
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>1.953</b>	<b>1.092</b>	<b>832</b>	<b>300</b>
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>1.953</b>	<b>1.092</b>	<b>832</b>	<b>300</b>

	2024			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	29.293	29.293	60	60
% de Presunção da Base	8%	12%		
<b>Base de cálculo Presumida</b>	<b>2.343</b>	<b>3.515</b>	<b>60</b>	<b>60</b>
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
Outros	36	(17)		
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>551</b>	<b>299</b>	<b>15</b>	<b>5</b>
Diferido	334	182		
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>885</b>	<b>481</b>	<b>15</b>	<b>5</b>

## 21 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 271.419 (R\$ 188.219 em 31 de dezembro de 2024), composto por 297.063.492 (182.205.001 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias e sem valor nominal.

### (b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

### (c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia auferiu prejuízo de R\$ 52.465, o qual foi integralmente destinado à rubrica de "Lucros (Prejuízos) acumulados".

## 22 Instrumentos financeiros e gestão de risco

### 22.1 Instrumentos financeiros por categoria

#### (a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

**(i) Custo amortizado**

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

**(ii) Valor justo por meio do resultado**

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

**(d) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<b>Ativos</b>					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 12)		42.828	23.970	31.416	17.304
		42.828	23.970	31.416	17.304
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	55.645	33.496	44.739	32.395
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	11.519	-	4.555	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (Nota10)	1	38.658	35.102	26.646	15.444
		105.822	68.598	75.940	47.839
		<b>148.650</b>	<b>92.568</b>	<b>107.356</b>	<b>65.143</b>
<b>Passivos</b>					
Ao custo amortizado					
Financiamentos (ii) (Nota 15)		956.471	950.762	956.471	950.762
Fornecedores (Nota 16)		62.274	72.298	44.765	42.745
Dividendos a pagar		182	182	182	182
		<b>1.018.927</b>	<b>1.023.242</b>	<b>1.001.418</b>	<b>993.689</b>

**(i)** O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

**(ii)** O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 15 (a).

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

## 22.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

### (a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

### (b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado		
	Até 1 ano	Entre 3 e 5 anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>			
Financiamentos e debêntures (i)	100.190	231.879	1.817.191
Fornecedores	62.274	-	62.274
Dividendos a pagar	182	-	182
	<b>162.646</b>	<b>231.879</b>	<b>1.879.647</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>			
Financiamentos e debêntures (i)	104.946	419.745	3.246.789
Fornecedores	72.298	-	72.298
Dividendos a pagar	182	-	182
	<b>177.426</b>	<b>419.745</b>	<b>3.319.269</b>

	Até 1 ano	Entre 3 e 5 anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>			
Financiamentos e debêntures (i)	100.190	231.879	1.817.191
Fornecedores	44.765	-	44.765
Dividendos a pagar	182	-	182
	<b>145.137</b>	<b>231.879</b>	<b>1.862.138</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>			
Financiamentos e debêntures (i)	104.946	419.745	3.246.789
Fornecedores	42.745	-	42.745
Dividendos a pagar	182	-	182
	<b>147.873</b>	<b>419.745</b>	<b>3.289.716</b>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

**(c) Risco regulatório**

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

**(d) Risco socioambiental**

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

**(e) Risco em renováveis não-hídricas**

**(i) Risco de não performance dos parques eólicos**

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

**(ii) Constrained-off de usinas eólicas**

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

**(f) Risco de mercado**

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

**(i) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

## 22.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva, financiamentos e debêntures são taxas de juros CDI, TJLP e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

**Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

**Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

**Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras a e conta reserva	105.822	-73bps*	(772)	(3.942)	(7.884)	3.942	7.884
IPCA 4,26%	Financiamentos e debêntures (i)	980.223	6bps*	(602)	10.439	20.879	(10.439)	(20.879)

				Controladora				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	75.940	-73bps*	(554)	(2.829)	(5.658)	2.829	5.658
IPCA 4,26%	Financiamentos e debêntures (i)	980.223	6bps*	(602)	10.439	20.879	(10.439)	(20.879)

(i) Valores desconsideram os custos de captação.

\* bps - basis points